



MANUAL DE CONTROLO

ANIMAL

Versão On-line



CAMPANHA 2009/2010

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

Departamento de Controlo

Unidade de Controlo das Ajudas Directas

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS	1
1.1. Objectivo Geral	1
1.2. Objectivos Específicos	1
1.3. Objectivos Regulamentares	1
2. CONTROLOS NO LOCAL	2
2.1. Elementos dos controlos no local – Controlo Chave	2
2.2. Recomendações da CE	2
2.3. Anúncio de controlo	3
2.4. Recusa de controlo	3
2.4.1. Algumas situações sistematizáveis de “Recusa”	3
2.5. Locais de Permanência ou de Retenção dos animais	3
2.5.1. Controlo de animais fora do espaço físico de retenção previamente declarado	4
2.6. Determinação do número de Cabeças Normais	4
2.6.1. Aspectos específicos	4
2.6.1.1. Definições	5
2.6.1.2. Cálculo do Encabeçamento	5
2.7. Prémio por Ovelha e por Cabra	5
2.7.1. Marcação, identificação, registo e circulação de ovinos e caprinos	5
2.7.1.1. Princípios gerais	5
2.7.1.2. Identificação	6
2.7.1.3. Marcas auriculares e meios de identificação electrónica	6
2.7.1.4. Passaporte de rebanho	6
2.7.1.5. Animais destinados a abate com menos de 12 meses	6
2.7.1.6. Queda, remoção ou substituição de meios de identificação	6
2.7.1.7. Animais provenientes de outro Estado membro ou de país terceiro	7
2.7.1.8. Registo de existências e deslocações	7
2.7.1.9. Documentos de acompanhamento	7
2.7.1.10. Declaração de existências	7
2.7.2. Períodos de parição declarados	7
2.7.3. Controlo físico para efeito de Prémio e do Regime da Condicionalidade Animal	7
2.7.4. Dados controlados	8
2.7.4.1. Totalizador “ID_POC”	8
2.7.4.2. Controlo da Raça	9
2.7.4.3. Responsabilização – Agentes identificadores	9
2.7.4.4. Caracterização do tipo de identificação existente	9
2.7.4.5. Sequestros sanitários	9
2.7.4.6. Controlo da “Comercialização de leite”	9
2.7.4.7. Marca do rebanho – Situações possíveis a detectar no local	9
2.7.4.8. Outras situações	9
2.7.4.9. Marcação Com Spray	10
2.7.4.10. Motivo - Faltas de Animais	10
2.7.4.11. Controlo da correcta manutenção do RED de Ovinos e Caprinos	10
2.7.4.12. Irregularidades no RED	10
2.7.4.13. Controlo da correcta manutenção do RED, tendo por referência a contagem física	11
2.7.4.14. Evidência de controlo – Documentação de suporte	11
2.8. Controlo de Elegibilidade – Prémio às Vacas Aleitantes, Modos de Produção e Protecção da Biodiversidade Doméstica	12
2.8.1. Aspectos Gerais	12
2.8.2. Dados Declarativos	12
2.8.2.1. Códigos de espécie	12
2.8.2.2. Identificação Sanitária	12
2.8.2.3. Codificação do tipo de ajuda	12
2.8.2.4. Estado do Animal	13
2.8.2.5. Marca de Exploração	13
2.8.2.6. Raça	13
2.8.2.7. Sexo	13
2.8.2.8. Data de Nascimento	13
2.8.2.9. Datas de parto	13
2.8.2.10. Período de Retenção	13
2.8.2.11. Controlo dos locais de retenção ou de permanência dos animais	14
2.8.2.12. Controlo do parâmetro regulamentar – “Vaca aleitante”	14
2.8.2.13. Verificação Individual de Identificação – Controlo da correcta manutenção do RED Bovinos	15
2.8.2.14. Controlo de Marcas auriculares e Notificações à base de dados SNIRA	15
2.8.2.15. Controlo do BD de Identificação (SNIRA)	16
2.8.2.16. Faltas/Motivo/Dados Complementares	16
2.8.2.17. Faltas de animais	18
2.8.2.18. Incumprimento Deliberado	18
2.8.2.19. Outros aspectos formais relevantes	18

1. Objectivos

1.1. Objectivo Geral

Tendo por referência a manutenção regulamentar dos objectivos gerais para efeito de controlo de campo para 2009/2010, propõe-se o presente documento, adequar os procedimentos de controlo à realidade determinante na correcta atribuição das ajudas no âmbito do SIGC, assegurando a verificação do respeito dos requisitos de concessão das ajudas nos períodos estipulados pela regulamentação comunitária.

1.2. Objectivos Específicos

1. Executar controlos físicos aos efectivos de espécies elegíveis e potencialmente elegíveis do próprio e/ou de outrem nas áreas geográficas declaradas e não declaradas com limites físicos atribuídos (Locais de permanência - Parcelas / Unidade de Produção);
2. Verificações administrativas complementares nas explorações para cada regime de ajuda em controlo;
3. Preencher correctamente o relatório de controlo PU 2009.

Relativamente à estrutura do relatório de controlo, a mesma apresenta-se de formato diferente, evidenciando as especificações obrigatórias inerentes ao processo de controlo, quer do ponto de vista “declarativo”, quer do ponto de vista da “recolha” de resultados de controlo.

1.3. Objectivos Regulamentares

1. Controlo dos Prémios aos Ovinos e Caprinos e do Prémios às Vacas Aleitantes, totalmente realizado durante o período de retenção obrigatório para cada uma das espécies;
2. Identificação e verificação da totalidade dos elementos de controlo no local, a saber:
 - a. Os controlos *in loco* incidirão em todos os animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas a título dos regimes de ajudas a controlar e, no caso dos regimes de ajudas «bovinos», igualmente nos bovinos que não sejam objecto de pedidos de ajudas;
 - b. Os controlos *in loco* incluirão, nomeadamente:
 - i. A verificação de que o número de animais presentes na exploração relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas e o número de bovinos que não são objecto de pedidos de ajudas corresponde ao número de animais inscrito no registo e, no caso dos bovinos, ao número de animais comunicado à base de dados informatizada referente aos bovinos;
 - ii. Quanto aos regimes de ajudas «bovinos», verificações:
 1. Da correcção das inscrições no registo e das comunicações à base de dados informatizada referente aos bovinos, com base numa amostra de documentos comprovativos, tais como facturas de compras e de vendas, certificados de abate, certificados veterinários e, se for o caso, passaportes dos animais, respeitantes aos animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas nos 12 meses anteriores ao controlo *in loco*;
 2. De que as informações contidas na base de dados informatizada referente aos bovinos correspondem às informações constantes do registo, com base numa amostra de animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas nos 12 meses anteriores ao controlo *in loco*;
 3. De que todos os animais presentes na exploração e ainda mantidos a título da obrigação de retenção são elegíveis para a ajuda pedida;
 4. De que todos os bovinos presentes na exploração estão identificados por marcas auriculares e, se for caso disso, acompanhados por passaportes e inscritos no registo e foram notificados à base de dados informatizada referente aos bovinos.

Estes controlos serão realizados individualmente para cada bovino macho ainda mantido a título da obrigação de retenção relativamente ao qual tenha sido apresentado um pedido de prémio especial para a carne de bovino, com exclusão dos pedidos apresentados em conformidade com n.º 6 do artigo 123.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003. Em todos os outros casos, o controlo da correcção das inscrições nos passaportes dos animais e no registo e das comunicações à base de dados pode ser realizado com base numa amostra.

2. Controlos no local

2.1. Elementos dos controlos no local – Controlo Chave

Os controlos no local incidirão em todos os animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas a título dos regimes de ajudas a controlar e, no caso dos regimes de ajudas “Bovinos”, igualmente nos potencialmente elegíveis, não objecto de Pedido de Ajuda.

Assim, os controlos no local incluirão:

1. A verificação de que o número de animais presentes na exploração relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas e o número de bovinos não objecto de candidaturas, corresponde ao número de animais inscritos no RED e, no caso dos bovinos, ao número de animais comunicados à base de dados informatizada do SNIRB;
2. Tendo em conta que da correcção das inscrições no registo (RED) e das comunicações à base de dados informatizada referente aos bovinos, com base numa amostra de documentos comprovativos, tais como facturas de compras e de vendas, certificados de abate, certificados veterinários e, se for o caso, passaportes dos animais, respeitantes aos animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas nos 6 meses anteriores ao controlo in loco; contudo, se forem detectadas anomalias, o controlo será estendido aos 12 meses anteriores ao controlo no local.
3. Verificações de que todos os animais presentes na exploração e ainda mantidos a título da obrigação de retenção são elegíveis para a ajuda em causa.
4. Verificações de que todos os bovinos presentes na exploração estão identificados por marcas auriculares e, se for caso disso, acompanhados por passaportes e inscritos no RED, foram notificados à base de dados do SNIRB.

2.2. Recomendações da CE

1. Insistência no rigor do controlo dos locais de retenção e unidades de produção afectas aquelas medidas, recorrendo aos elementos declarativos no PU e, principalmente, as saídas gráficas circunscritas às Unidades de produção e parcelas declaradas na candidatura de 2009.
2. O controlo dos locais de retenção e localização dos efectivos pecuários, mais rigoroso, tendo em conta, as determinações da Comissão no que respeita ao espaço físico (marcas de exploração/unidade de produção), propriedade dos efectivos, utilização de pastagens, o cumprimento dos compromissos activos (Medidas Agro-Ambientais) e o regime de manejo aplicado (estabulação/pastoreio – Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas).
3. A notificação ou “O aviso prévio” de controlo será o estritamente necessário, não podendo ultrapassar as 48 horas e está condicionada às seguintes variáveis:
 - a. Dimensão dos efectivos, sempre que a dimensão das explorações assim o exija;
 - b. Regime de produção, somente em efectivos explorados em regime extensivo;
 - c. Localização geográfica da exploração, desde que o requerente tenha declarado mais do que uma unidade de produção e que estas se situem em concelhos diferentes.

2.3. Anúncio de controlo

Sempre que houver lugar a “Anúncio do Controlo”, a equipa de controlo garantirá que o mesmo não ultrapassará as 48 horas e será condicionada às seguintes variáveis:

1. Dimensão dos efectivos – Sempre que o número de animais envolvidos não permita executar o controlo dentro da produtividade média de cada DRAPP (a estabelecer superiormente)
2. Regime de produção – Somente em efectivos explorados em regime extensivo
3. Localização geográfica da exploração – Desde que o requerente tenha declarado mais do que uma unidade de produção e que estas se situem em concelhos diferentes.

As notificações prévias de controlo, na sua vertente integrada, deverão ser formalizadas, através de Modelo próprio, conforme procedimento adoptado nos “Controlos Superfícies” e nos termos preconizados nos critérios de “anúncio” definidos anteriormente.

É ainda de realçar que os agricultores que, em qualquer momento, tiverem dado conhecimento às autoridades nacionais competentes da existência de pedidos de ajudas incorrectos não devem ficar sujeitos a quaisquer reduções ou exclusões, independentemente das razões das incorrecções, desde que não tenham sido informados da intenção da autoridade competente de realizar um controlo *in loco* e que a referida autoridade ainda não tenha informado o agricultor em causa de qualquer irregularidade no pedido.

2.4. Recusa de controlo

De acordo com a regulamentação comunitária em vigor, se não for possível proceder a um controlo *in loco* por razões imputáveis ao agricultor ou ao seu representante, os pedidos de ajudas em causa serão rejeitados. Nestes casos, de incumprimento intencional ou deliberado, o relatório ficará concluído e somente as informações complementares deverão estar validadas juntamente com a identificação dos intervenientes na acção de controlo.

2.4.1. Algumas situações sistematizáveis de “Recusa”.

1. Após notificação prévia, sem prejuízo de ocorrências de força maior ou outros factores que determinem, internamente, ocorrências de circunstancial da vida dos animais, se o requerente não apresentar parte ou a totalidade dos animais para contagem física ou outro dado documental do regime de identificação e registo de animais.
2. Não comparência do próprio ou seu representante nas datas acordadas após notificação e dentro das especificações regulamentares definidas no que concerne o “Aviso prévio” do controlo.

2.5. Locais de Permanência ou de Retenção dos animais

É essencial que as equipas de controlo demonstrem e evidenciem, no terreno, a sua localização no decurso de uma acção de controlo, recorrendo às emissões gráficas das quais estarão munidos.

O controlo dos locais de permanência ou de retenção dos animais objecto de controlo é uma condição de acesso e de elegibilidade para pagamento das ajudas directas, concretamente, dos pedidos de ajuda do Sistema Integrado de Gestão e Controlo, do sector “Animal”.

Para efeitos de controlo serão emitidas todas as parcelas e marcas de exploração associadas às unidades de produção e, subsequentemente, às explorações, permitindo deste modo, garantir a o controlo da realidade dos locais de retenção declarados no Pedido Único.

Em termos declarativos e mais relevantes para o controlo do presente parâmetro de elegibilidade, no caso concreto do Prémio por ovelha e por Cabra, somente as colunas UP, Nº Parcelar 2009, Nome da Parcela Localização e Marca de exploração, serão determinantes para a correcta identificação do local de retenção dos animais em causa.

É importante identificar as marcas de exploração associadas à espécie Bovina, em detrimento de outras que se encontrem declaradas para outras espécies.

A alteração dos locais de retenção deverá ser comunicada ao IFAP, em impresso próprio, em data anterior à da respectiva ocorrência sempre que se verifique uma alteração do local de retenção numa das seguintes condições:

Controlado	Declarado	
	Nº parcela no PU	Marca de exploração no PU
UP declarada	Sim	Sim
UP não declarada	Sim	Não
	Não	Sim
	Não	Não

O impresso referido é o modelo IFAP -0226.02 – Declaração de mudança de pastagem – disponibilizado no portal do IFAP “Animais – Formulários”.

Uma pergunta sistematicamente colocada é a seguinte: Uma marca de exploração pode ter mais do que um titular?

Resposta: Uma marca de exploração está correlacionada com uma determinada exploração. Se nessa exploração com um determinado titular coabitam animais pertencentes a outros detentores, todos terão de ter a mesma marca de exploração.

2.5.1. Controlo de animais fora do espaço físico de retenção previamente declarado

O controlo de Unidades de Produção não declaradas no Pedido Único será, uma vez mais uma realidade, considerando que, ao longo do período de retenção, contingências de ordem diversa poderão condicionar o maneio dos animais envolvidos e obrigar o detentor a providenciar outros locais para concretizar a sua gestão dos efectivos. A identificação destes locais será realizada no relatório de controlo.

O número sequencial das UP declaradas provenientes do relatório de controlo é o ponto de partida de referência, bem como as respectivas marcas de exploração e animais controlados devidamente identificados.

Complementarmente e como ferramenta de controlo obrigatório, as equipas de controlo deverão identificar nas saídas gráficas (em A3), recorrendo a marcadores, a(s) parcela(s) georeferenciadas onde os animais se encontravam à data de controlo.

A validação dos novos locais de permanência será efectuada por cruzamento com a base de dados central e determinará a elegibilidade dos mesmos, desde que o detentor tenha requerido, previamente, a mudança dos animais dos locais declarados.

O controlo das unidades de produção ou dos locais de retenção é determinante na correcta atribuição das ajudas e deverá ser evidenciado no relatório de controlo.

2.6. Determinação do número de Cabeças Normais

A determinação do número de cabeças normais, para cálculo do encabeçamento, no âmbito do controlo da ajuda à Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e do controlo de Direitos Especiais, deverá ter em conta o seguidamente exposto.

O controlo de animais de espécies elegíveis para efeitos de encabeçamento em Zonas Desfavorecidas, é feito contabilizando os ovinos e caprinos, equídeos, bem como porcas reprodutoras com peso vivo superior a 50Kg, outros suínos, galinhas poedeiras e outras aves de capoeira nos regimes de estabulação permanente e pastoreio.

Serão contabilizados nos regimes de maneio previstos – em pastoreio ou estabulados - os animais do próprio ou de outrem que utilizam o mesmo espaço físico – Unidade de Produção - das espécies e condições patentes no Anexo 1 – Tabela de Conversão.

O cálculo de encabeçamento será determinado pela base de dados de carregamento de resultados de controlo.

2.6.1. Aspectos específicos

1. Equídeos: só são considerados os Asininos e os Muas, não sendo obrigatória a marcação dos mesmos com ferro a fogo.
2. No caso dos direitos sujeitos a condições especiais é possível a não apresentação de um número de hectares elegíveis equivalente ao número de direitos, na condição de ser mantida, pelo menos, 50% da actividade agrícola no período de referência, expresso em cabeças normais.
3. O número de Cabeças Normais será calculado proporcionalmente aos direitos ao pagamento para os quais o produtor requeira a aplicação de condições especiais.
4. Direitos Especiais:
 - a. Nas Condições de Elegibilidade (MAZD, ITI e Modos de Produção) o encabeçamento em pastoreio da unidade de produção, ou da exploração no caso das MAZD, nunca pode ser superior a:
 - i. 3 CN/ha de Superfície Agrícola Utilizável (SAU) em zona de montanha ou em unidades de produção até 2 ha de SAU;
 - ii. 2 CN/ha de Superfície Forrageira para Efeitos de Encabeçamento (SFEE) nos restantes casos.

2.6.1.1. Definições

Superfície Agrícola Utilizável – toda a área das parcelas, excepto a área dos códigos de cultura 031, 088, 125, 139, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 200 e outros códigos relativos à superfície florestal e outras superfícies não elegíveis para RPU (excepto código de ocupação 171).

Superfície Forrageira para Efeitos de Encabeçamento – a área das parcelas com os códigos 022, 142, 143, 171 e ainda a área declarada com aproveitamento secundário.

2.6.1.2. Cálculo do Encabeçamento

Para cálculo de encabeçamento, é usada a tabela de conversão (Anexo 1), emitida pelo GPP (consulta em www.ifap.pt), por espécie, em cabeças normais. Tem por base a superfície e espécies elegíveis declarados ou controlados constantes da tabela de conversão.

2.7. Prémio por Ovelha e por Cabra

As alterações implementadas na estrutura e procedimentos a adoptar nos controlos deste regime de ajuda, visam, uma vez mais, dar cumprimento às recomendações transmitidas pela UE, no que concerne a eficaz funcionalidade dos parâmetros Registo de Existências e Deslocações (RED) e Identificação Individual, nomeadamente, a conciliação das existências físicas identificadas, verificadas no local, com as inscritas no registo.

A experiência resultante dos controlos de animais elegíveis da espécie ovina e caprina determina que, na conjuntura actual de um quadro sancionatório muito rigoroso, seja adoptada a contabilização das existências físicas de “maleitas” para a totalidade de animais controlados no RED.

Serão emitidos tantos relatórios de controlo do Prémio por Ovelha e por Cabra (POC), quantas as marcas de exploração associadas às Unidades de Produção (UP) declaradas no relatório de identificação das parcelas que integram a exploração.

2.7.1. Marcação, identificação, registo e circulação de ovinos e caprinos

Convém relembrar neste ponto as normas vigentes de marcação, identificação e registo de ovinos e caprinos (Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho).

2.7.1.1. Princípios gerais

O regime de identificação e registo de ovinos e caprinos inclui os seguintes elementos:

- a) Marca auricular e meios de identificação electrónica;
- b) Documentos de circulação;
- c) RED actualizado mantido em cada exploração ou centro de agrupamento;

d) Base de dados nacional informatizada.

2.7.1.2. Identificação

1. Todos os ovinos e caprinos de uma exploração nascidos após o mês de Julho de 2005 devem ser identificados por uma marca auricular, aprovada pela DGV, aplicada no pavilhão auricular esquerdo, bem como por um segundo meio de identificação, que consiste numa marca no pavilhão auricular direito ou num meio de identificação electrónico.
2. Aos ovinos e caprinos de raça pura inscritos em livros genealógicos ou registos zootécnicos reconhecidos pela DGV deve ser aplicado um meio de identificação electrónica, como segundo meio de identificação, no acto de avaliação para inscrição no livro de adultos, e, caso já estejam inscritos, devem ser identificados no prazo de 180 dias a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
3. A identificação dos animais deve ser realizada num prazo não superior a seis meses a partir do nascimento do animal e, em qualquer caso, antes de este deixar a exploração onde nasceu.
4. No caso de ovinos e caprinos criados em explorações em regime extensivo ou ao ar livre, o prazo referido no número anterior é de nove meses.
5. Os meios de identificação devem ser atribuídos à exploração, distribuídos e aplicados nos animais em conformidade com o determinado por despacho do Director-Geral de Veterinária, o qual estabelece ainda qual o segundo meio de identificação que é obrigatório.

2.7.1.3. Marcas auriculares e meios de identificação electrónica

1. Os meios de identificação para as espécies ovina e caprina devem respeitar as especificações comunitariamente estabelecidas, de modelo a aprovar pelo Director-Geral de Veterinária, contendo o escudo nacional e as siglas da autoridade nacional competente ou o respectivo código do País.
2. As marcas auriculares devem ser aplicadas de forma a serem visíveis à distância e ter os dados inscritos de forma indelével e não ser reutilizáveis.
3. A gestão da numeração dos meios de identificação compete à DGV.

2.7.1.4. Passaporte de rebanho

1. A autoridade competente emite um passaporte de rebanho ao efectivo inicial de ovinos ou caprinos de cada exploração.
2. O passaporte de rebanho deve obrigatoriamente acompanhar a deslocação ou transacção sempre que se verifique a movimentação da totalidade dos animais nele inscritos.
3. A autoridade competente emite um destacável do passaporte, que deve obrigatoriamente acompanhar a deslocação ou transacção, sempre que se verifique a movimentação de apenas uma parcela dos animais nele inscritos.
4. O passaporte de rebanho deve ser entregue à autoridade competente sempre que se verifique o abate total do efectivo, a sua extinção por transacção ou a cessação de actividade.

2.7.1.5. Animais destinados a abate com menos de 12 meses

1. Os ovinos e caprinos destinados ao abate antes da idade de 12 meses e que não se destinem a trocas comerciais intracomunitárias ou com países terceiros são marcados apenas com uma marca auricular aplicada no pavilhão auricular esquerdo.
2. A marca auricular deve conter o código de identificação da exploração de nascimento.
3. Os ovinos e caprinos identificados de acordo o ponto 1 mantidos na exploração para além da idade de 12 meses ou destinados a trocas comerciais intracomunitárias ou com países terceiros devem ser marcados de acordo com os artigos 2.o e 3.o do Anexo II do presente diploma.

2.7.1.6. Queda, remoção ou substituição de meios de identificação

1. Nenhum meio de identificação pode ser removido ou substituído sem autorização da autoridade competente.

2. Sempre que uma marca auricular ou um meio de identificação electrónica se tenham tornado ilegíveis ou se tenham perdido devem ser substituídos, logo que possível e sempre antes do animal deixar a exploração, por uma outra marca auricular ou meio de identificação electrónica, cujo código deve ser inscrito no RED de forma a não comprometer o objectivo da rastreabilidade.

2.7.1.7. Animais provenientes de outro Estado membro ou de país terceiro

1. Todos os ovinos e caprinos originários de outro Estado membro devem conservar a identificação inicial.
2. Qualquer ovino ou caprino proveniente de um país terceiro que tenha sido sujeito aos controlos veterinários num PIF e permaneça no território da Comunidade deve ser identificado na exploração de destino, em conformidade com o previsto nos artigos 2.º e 3.º do Anexo II do presente diploma, num prazo de 14 dias após a realização dos referidos controlos e sempre antes de deixar a exploração.
3. A identificação inicial estabelecida pelo país terceiro deve ser inscrita no registo de exploração, juntamente com a identificação atribuída nos termos do número anterior.
4. A identificação nos termos do ponto 2 não é aplicável quando se trate de animal destinado a abate se este for transportado directamente do PIF para um matadouro situado no território nacional onde sejam efectuados os controlos referidos no ponto 1, desde que o animal seja abatido no prazo de cinco dias úteis após esses controlos.

2.7.1.8. Registo de existências e deslocações

1. Os detentores de animais das espécies ovina e caprina devem manter um RED, permanentemente actualizado, conforme modelo aprovado por despacho do Director-Geral de Veterinária.
2. O representante da autoridade competente que realize acções de controlo à exploração ou centro de agrupamento deve apor o seu nome e assinatura no registo.

2.7.1.9. Documentos de acompanhamento

1. Quando destinados ao abate, outra exploração ou a um centro de agrupamento, os animais das espécies ovina e caprinas provenientes de explorações sem restrições sanitárias devem circular com guias de circulação.
2. Sempre que por razões sanitárias o Director-Geral de Veterinária o determine, os ovinos e caprinos de reprodução que sejam destinados a outra exploração ou centro de agrupamento têm de se fazer acompanhar de guia sanitária de circulação.
3. A deslocação de ovinos e caprinos que se encontrem em explorações com restrições sanitárias faz-se a coberto de guia sanitária de circulação, excepto no caso dos animais destinados directamente a abate, aos quais se aplica o ponto 1.

2.7.1.10. Declaração de existências

1. Os detentores de explorações de animais das espécies ovina e caprina ficam obrigados a proceder anualmente à declaração de existências de acordo com os procedimentos a definir por despacho do Director-Geral de Veterinária.

2.7.2. Períodos de parição declarados

Os períodos de parição podem ser uma referência para aferir da elegibilidade de fêmeas que, ao longo do período de retenção venham a parir ou a perfazer 1 ano de idade.

2.7.3. Controlo físico para efeito de Prémio e do Regime da Condicionalidade Animal

Serão contabilizados TODOS os Animais das espécies ovina e caprina com idade superior ou igual a 6 meses, identificados e não identificados (de acordo com o Regulamento (CE) nº 21/2004), presentes na exploração seleccionada:

1. São elegíveis em todo o território continental as ovelhas que no último dia do período de retenção, tenham parido pelo menos uma vez, ou tenham pelo menos, um ano.
2. São também elegíveis em todo o território continental, as cabras que no último dia do período de

retenção, tenham parido pelo menos uma vez, ou tenham pelo menos, um ano.

São controlados separadamente:

1. Fêmeas já paridas ou que tenham pelo menos ano;
2. Fêmeas não paridas ou sem 1 ano de idade, mas que irão obter elegibilidade até ao final do período de retenção.

2.7.4. Dados controlados

No que respeita ao preenchimento do quadro de controlo físico, o mesmo encontra-se repartido pelas classes etárias e número de marcas auriculares oficiais, cuja exigência regulamentar de identificação e registo assim o determina.

Para cada coluna do relatório de controlo, serão contabilizados todos os animais do próprio da espécie ovina e caprina com idade superior ou igual a 6 e menor que 12 meses e superior ou igual a 12 meses:

1. Não identificados (OMA)
2. Identificados com 1 marca auricular com indicador de exploração de origem (1MA_Ex)
3. Identificados por 1 (1MA_Ind) ou 2 marcas auriculares individuais oficiais (2MA).
4. Serão justificados (1MA_Just), todos os animais, por espécie e dentro das classes etárias mencionadas, que sejam detentores de uma só Marca Auricular e um identificador electrónico, ou seja, portadores de Identificação Electrónica ou por terem Nascido antes de Julho de 2005.

NOTA: Todos os animais da espécie ovina e caprina que sejam controlados como detentores de 1 marca auricular individual, independentemente, da classe etária que representem, são considerados verificados e, portanto, não gera incumprimento no regime da condicionalidade ou dos prémios, conforme se pode observar da grelha ponderada de verificações do Gabinete de Planeamento e Políticas (2008).

O relatório de controlo físico apresenta, também e no seguimento do preenchimento do número de animais das espécies ovina e caprina presentes na exploração, por classe etária e de acordo com o regime de identificação verificado, **totalizadores** que servirão de base ao apuramento do número de animais elegíveis controlados.

2.7.4.1. Totalizador “ID_POC”

1. São considerados “Identificados” para o efeito, os animais contabilizados para as colunas 1MA_EX, 1MA_IND ou 1MA_JUST e 2MA;
2. São considerados “Identificados” para efeito do Prémio por Ovelha e por Cabra, os animais contabilizados para as colunas, 1MA_IND ou 1MA_JUST e 2MA;

Total fêmeas	
Presentes	ID_POC
Soma de elegíveis	Soma de elegíveis identificadas
Inclui parte da classe etária >=6 meses <12 meses	Não pode ser superior ao número de animais presentes e inclui as fêmeas contabilizadas com 1MA_IND ou 1MA_JUST e 2MA

Os animais justificados por falta de 1 das marcas auriculares individuais (1MA_JUST), deverão ser contabilizados pelos controladores, no espaço próprio e nas observações da equipa de controlo.

Os controlos *in loco* incluirão, igualmente, a verificação de que o número de animais presentes na exploração relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas e o número de bovinos que não são objecto de pedidos de ajudas corresponde ao número de animais inscrito no registo.

Nestes termos, o “Total no RED”, obriga ao preenchimento do número de animais existentes no RED, á data de

controlo, tendo por referência, a circular nº 14/DGV, sendo que **deverá ser considerado o número de animais existentes nos modelos de RED em vigor, no último dia do mês anterior ao controlo no local, desde que não sejam verificados movimentos.**

2.7.4.2. Controlo da Raça

Revela-se importante na atribuição da titularidade do efectivo, condição de acesso, mas fundamental na correcta atribuição dos apoios conferidos pela ACÇÃO 2.2.2 - PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA.

2.7.4.3. Responsabilização – Agentes identificadores :

Poder-se-á afirmar que, muito provavelmente, alguns produtores são oficialmente responsáveis pela identificação dos seus animais, embora o IFAP não tenha, ainda, “feedback” daquelas entidades relativamente ao processo de certificação dos agentes.

Daí que, o IFAP optou por manter no relatório de controlo a questão relativa à responsabilização dos produtores de ovinos e caprinos enquanto agentes identificadores.

A título informativo, o relatório de controlo identifica a Organização de Produtores Pecuários (OPP) ou o Agrupamento de Defesa Sanitária (ADS), responsável, segundo o detentor, pela sanidade do seu efectivo .

2.7.4.4. Caracterização do tipo de identificação existente:

No seguimento do referido em relação á responsabilização do produtor enquanto agente identificador e, tendo em conta que “outros meios de identificação” são considerados nos termos legais, do ponto de vista sanitário, solicita-se ás equipas controladoras que informem, por exploração controlada, do tipo de identificação utilizado pelo requerente nos seus efectivos.

2.7.4.5. Sequestros sanitários :

Sempre que se detecte, nos controlos *in loco* que a exploração seleccionada se encontra em “**Sequestro Sanitário**”, a equipa de controlo deverá preencher este campo e fechar o relatório de controlo, preenchendo obrigatoriamente, os espaços reservados a “Observações” e os aspectos formais respectivos.

2.7.4.6. Controlo da “Comercialização de leite”

É necessário identificar o destino do leite comercializado.

Sempre associado ao controlo de efectivos de raças produtoras de leite ou mistas, constituindo um factor de risco para candidaturas de ovelhas “Merinas” declaradas produtoras de carne em regiões “queijeiras” (Serra da Estrela, Serpa, Évora, etc.).

Se se verificar que um produtor de ovinos que comercializa leite e produtos lácteos de ovelha, no ano civil em causa, não o declarou no pedido de prémio, o montante da ajuda a que tem direito será reduzido ao prémio pagável aos produtores de ovinos que comercializam leite de ovelha e produtos lácteos de ovelha, diminuído da diferença entre este prémio e o montante total do prémio por ovelha.

2.7.4.7. Marca do rebanho – Situações possíveis a detectar no local

No acto de candidatura, não é obrigatório ao requerente declarar “Marca do rebanho”, sendo que na maior parte dos casos é declarada a “Marca de exploração” em substituição da marca do rebanho.

Assim, das parametrizações definidas para este campo, importa referir que:

1. - Controlado “D” (Diferente da declarada) => penaliza;
2. - Controlado “N” (não existe) => Não penaliza.

Considerando que, marca controlada “Diferente” indica que o rebanho declarado não pertence ao “próprio”, mas implicitamente a “outrem”, o número de animais controlados reflectir essa situação.

2.7.4.8. Outras situações :

Quando é possível corresponder “Marca de exploração” com “Marca do rebanho” (Marca auricular / RED / Passaporte do rebanho) => Código “I”.

2.7.4.9. Marcação Com Spray

Os controladores deverão proceder, por via de regra, à **marcação dos animais elegíveis** objecto de controlo, utilizando, para o efeito, o **aerossol (spray)**. Sempre que os animais se encontrem em campo aberto (situação mais frequente), em condições que não permitam um controlo eficiente, os controladores deverão solicitar ao produtor a deslocação do rebanho para um local onde seja possível a sua realização, não deixando nunca de mencionar a U.P. de origem.

2.7.4.10. Motivo - Faltas de Animais

Devem mencionar a quantidade de animais ausentes da exploração, por espécie identificando o motivo que contempla “Abate sanitário” (Modelo 249/DGV), “Morte” (Modelo 376/B), “Desaparecimento” (Participação às Autoridades Policiais ou Sanitárias) e “Deslocações” (Modelo 251/DGV).

2.7.4.11. Controlo da correcta manutenção do RED de Ovinos e Caprinos

Este relatório complementar do controlo das espécies ovina e caprina é emitido por marca de exploração que, como é do conhecimento geral, está associado ao número de série deste documento, também chamado de modelo 258/DGV.

Por determinação do **Regulamento (CE) nº 972/2007 da Comissão**, a experiência obtida revela ainda ser possível simplificar o processo de verificação dos documentos durante os controlos no local relativos aos prémios «animais», sem colocar em risco a qualidade do controlo. Contudo, se forem detectadas anomalias no decurso do controlo, o período durante o qual os documentos devem ser verificados deverá ser alargado.

1. A verificação, com base no registo, de que todos os animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajuda permaneceram na exploração durante todo o período de retenção.
2. A verificação da correcção das inscrições no registo nos 6 meses anteriores ao controlo in loco, com base numa amostra de documentos comprovativos, tais como facturas de compras e de vendas e certificados veterinários, que abranjam os 6 meses anteriores ao controlo in loco; contudo, se forem detectadas anomalias, o controlo será estendido aos 12 meses anteriores ao controlo in loco.

Optou-se por integrar num quadro único a evidência de controlo do RED, por espécie, que permitisse incluir os dados do terreno e os retroactivos, conforme determinado pela regulamentação para o prémio por ovelha e por cabra.

O preenchimento do quadro respectivo no relatório de controlo, far-se-á incluindo o número de animais inscritos no RED com amplitude mensal e num período retroactivo mínimo de 6 meses, tendo por referência a data de controlo «in loco», os quais abrangerão o período de retenção obrigatório. Se forem detectadas irregularidades relativas ao número de animais em falta ou aos movimentos ou à marca de exploração, tais ocorrências deverão ser relevadas nas colunas intituladas “ IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES”.

2.7.4.12. Irregularidades no RED

No decurso do PERÍODO DE RETENÇÃO - De 1 de Maio a 8 de Agosto (Referência = 1 de Maio e 31 de Julho, nos termos da Circular nº 14/DGV).

As irregularidades encontram-se codificadas como “RED E” – Movimentos não actualizados no RED comparativamente às existências físicas ou retroactivamente validados pela documentação suporte – e “RED T” – RED não actualizado por falta de animais comparativamente às existências físicas ou à falta de RED no acto do controlo.

Sempre que sejam detectadas irregularidades tais evidências deverão ser preenchidas no quadro “Identificação de Irregularidades”.

Se forem detectadas irregularidades neste período, o controlo retroactivo, que assenta na verificação da correcta manutenção do RED, alargar-se-á a 12 meses contados da data de controlo físico.

O controlo documental suporta as inscrições e flutuações verificadas no RED. A abordagem ao controlo dos RED, far-se-á, conforme imposição comunitária, na última carta remetida ao Estado Membro Português:

(10) Controlo do registo do efectivo

- Não-verificação da correcção das inscrições no registo durante os seis meses anteriores ao controlo *in loco*.

Em conformidade com o n.º 2, alínea c), do artigo 35.º do R. 796/2004, os controlos *in loco* devem, desde o exercício de 2007, incluir, nomeadamente, "a verificação da correcção das inscrições no registo nos 6 meses anteriores ao controlo *in loco*, com base numa amostra de documentos comprovativos, tais como facturas de compras e de vendas e certificados veterinários, que abranjam os 6 meses anteriores ao controlo *in loco*; contudo, se forem detectadas anomalias, o controlo será estendido aos 12 meses anteriores ao controlo *in loco*."

As autoridades portuguesas são convidadas a adaptar urgentemente os seus procedimentos, a fim de respeitarem a legislação comunitária, e a prever a realização, durante os controlos *in loco*, de um controlo mais aprofundado das condições de elegibilidade com base no registo.

2.7.4.13. Controlo da correcta manutenção do RED, tendo por referência a contagem física

As referências físicas são as resultantes da contagem dos efectivos no acto do controlo.

O controlo do RED proporcionará certificar, se o número total de animais das espécies ovina e caprina com assento no RED, existentes no local, corresponde ao número de animais daquelas espécies inscritos no RED.

De notar que, a existência de "fêmeas potencialmente elegíveis" até 8/8, determina a sua soma para a coluna "Total no RED" – X fêmeas adultas + Y fêmeas potencialmente elegíveis até 8/8.

Controlo da correcta manutenção do RED, tendo por referência a documentação suporte (Controlo retroactivo a 6/12 meses anteriores ao controlo no local). Quanto ao regime de ajudas "ovinos/caprinos":

1. A verificação, com base no registo, de que todos os animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajuda permaneceram na exploração durante todo o período de retenção, — a verificação da correcção das inscrições no registo nos 6 meses anteriores ao controlo *in loco*, com base numa amostra de documentos comprovativos, tais como facturas de compras e de vendas e certificados veterinários, que abranjam os 6 meses anteriores ao controlo *in loco*; contudo, se forem detectadas anomalias, o controlo será estendido aos 12 meses anteriores ao controlo *in loco*.».

2.7.4.14. Evidência de controlo – Documentação de suporte

O relatório de controlo complementar de ovinos e caprinos apresenta um conjunto de questões de resposta fechada e um suplemento descritivo, que fundamentam a evidência de verificação da documentação suporte indispensável no preenchimento do quadro do controlo do RED, no período anterior e posterior à retenção obrigatória.

Uma vez que, no local, não haverá a possibilidade de fotocopiar a documentação suporte controlada, utilizar-se-ão máquinas fotográficas digitais para evidenciar a realização do controlo documental.

Os documentos de circulação verificados no seguimento de alterações aos efectivos existentes no local ou no RED, deverão encontrar-se actualizados neste último, sendo que, em contrário, será considerada uma irregularidade tipo RED_E ou RED_T, consoante as existências no mês imediatamente anterior ao daquelas ocorrências.

NOTA: Toda a documentação suporte verificada, bem como os modelos 258/DGV (RED), deverão ser validados pela equipa de controlo, rubricando e mencionando a data de controlo, seguida de aposição de carimbo da entidade controladora que representa.

2.8. Controlo de Elegibilidade – Prémio às Vacas Aleitantes, Modos de Produção e Protecção da Biodiversidade Doméstica

2.8.1. Aspectos Gerais

O controlo de efectivos de vacas aleitantes será assegurado a 100% dentro do período de retenção obrigatório, no que concerne o nível mínimo regulamentar de 5% das explorações declaradas no PU.

Serão alvo de controlo os parâmetros de elegibilidade das espécies pecuárias contempladas nas candidaturas ao Pedido Único e nos pedidos de apoio ao desenvolvimento rural integradas no PRODER, concretamente, as especificações referente a controlo físico e dos regimes da condicionalidade e identificação e registo de animais.

2.8.2. Dados Declarativos

Os dados para controlo são emitidos por “Marca de Exploração” e ordenados segundo a “Espécie” e “Código de Identificação Individual (SIA)”.

Os dados declarativos encontram-se repartidos pelos requisitos de controlo obrigatório de forma distinta, ao contrário de campanhas anteriores, em que existia um bloco de dados declarativos diferenciado do bloco de dados a controlar.

2.8.2.1. Códigos de espécie

1. OV – Ovinos (Prémio por Ovelha e por Cabra e Condicionalidade Animal)
2. CA – Caprinos (Prémio por Ovelha e por Cabra e Condicionalidade Animal)
3. SU – Suínos (Condicionalidade Animal)
4. BO – Bovinos (Vacas aleitantes, SNIRA e Condicionalidade Animal)

2.8.2.2. Identificação Sanitária

Os dados da identificação sanitária dos bovinos poderão ter origem:

1. Pedido Único (Tipo de registo = P);
2. BD SNIRA e Pedido Único (Tipo de registo = Q);
3. Novo ou Nascido na Exploração (Tipo de registo = F);
4. Vem da BDD e foi re-identificado (Tipo de registo = R).

Os animais provenientes do Pedido Único (P) ou simultaneamente da base de dados SNIRA (Q) são animais declarados a prémio e, por conseguinte, com exigências regulamentares, do ponto de vista do controlo, diferenciadas daqueles que se consideram “potencialmente elegíveis”.

2.8.2.3. Codificação do tipo de ajuda.

Os códigos atribuídos ao(s) tipo(s) de ajuda(s) para cada animal são:

Código 1 – VAL (Vacas aleitantes);

Código 2 – Modo de produção integrada;

Código 3 – Modo de produção biológico;

Código 4 - Protecção da Biodiversidade Doméstica – Raças Autóctones;

Código 5 – Bovino candidato a Prémio Vacas Aleitantes e Modo de Produção Integrado;

Código 6 – Bovino candidato a Prémio Vacas Aleitantes e Modo de Produção Biológico;

Código 7 – Bovino candidato a Prémio Vacas Aleitantes e “Raças Autóctones”;

Código 8 – Bovino candidato ao Modo de Produção Integrada e “Raças Autóctones”;

Código 9 – Bovino candidato ao Modo de Produção Biológico e “Raças Autóctones”;

Código 10 – Bovino candidato a Prémio Vacas Aleitantes, Modo de Produção Integrado e “Raças Autóctones”;

Código 11 – Bovino candidato a Prémio Vacas Aleitantes, Modo de Produção Biológico e “Raças Autóctones”;

2.8.2.4. Estado do Animal

O controlo do estado do animal poderá ter os seguintes resultados:

Código P – Animal Presente

Código A – Animal Ausente.

Código D – Animal Desaparecido – Carece de verificação do Modelo 255B/DGV – “desaparecimento”;

Código I – Animal Não verificado fisicamente mas registado (RED/Passaporte/BDD/Folha de saneamento) – Verificação da “Folha de Saneamento” é, neste caso, opcional).

Código Q – Animal Novo identificado em controlo ou Nascido na Exploração – inserir código de identificação do animal na coluna “Código de Identificação Individual” numa linha em branco;

Código W – Erro de identificação/substituído ou erro manifesto - inscrever o “Código de identificação individual” correcto numa linha em branco, procedendo ao preenchimento dos restantes campos do relatório C16.

Código U – Registo Suplicado – concretização do facto de estarmos perante um animal cujo código de identificação individual se encontra repetido.

Código R - Raça Não Elegível - Artigo 99.º do Regulamento (CE) nº 1973/2004, da Comissão, de 29 de Outubro – Vacas de orientação «carne» - “(...) Para efeitos da alínea d) do artigo 122.o e do n.º 2 do artigo 129.o do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, não são consideradas como pertencentes a uma raça de orientação «carne» as vacas pertencentes às raças bovinas enumeradas no anexo XV do presente regulamento. (...)”. A lista de raças referidas neste artigo estão patentes no Anexo 2.

2.8.2.5. Marca de Exploração

Registar a marca de exploração associada a cada animal, no caso dos bovinos, com recurso aos termos de abertura do RED (Registo de Existências e Deslocações de Bovinos) onde os animais daquela espécie se encontram individualmente inscritos.

2.8.2.6. Raça

O controlo da raça far-se-á recorrendo ao passaporte e evidências morfológicas dos animais verificados como presentes (código P). A tabela com os descritivos está patente no Anexo 3.

2.8.2.7. Sexo

Registar com “M” ou “F”, consoante o animal verificado, seja um macho ou uma fêmea, respectivamente.

2.8.2.8. Data de Nascimento

Registar a data de nascimento constante do passaporte do bovino verificado.

2.8.2.9. Datas de parto

Registam-se as datas do primeiro e último parto. Trata-se de informação pertinente, no que respeita o conceito de “Vaca Aleitante”.

2.8.2.10. Período de Retenção

O controlo do cumprimento do período de retenção deve ser efectuado tendo em conta o Artigo 101.º do Regulamento (CE) nº 1973/2004, o qual estabelece:

“(…) O período de retenção de seis meses previsto no n.º 2 do artigo 125.o do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 começa no dia seguinte ao da apresentação do pedido (...)”

Nestes termos, o período de retenção é registado para os bovinos (Vacas Aleitantes), cujo “Tipo de Registo” e “Candidatura a Ajuda” se encontrem pré-impressos com os códigos “P”, “Q”, “1”, “5”, “6”, “7”, “10” ou “11”. Fora destes pressupostos, este registo é considerado não aplicável.

De referir que, os bovinos cujo código de “Estado do Animal” aplicado seja “W” (Erro de identificação/substituído), com subsequente registo do código de identificação individual correcto numa linha em branco, devem ser contemplados para certificação de cumprimento desta importante condição de elegibilidade ao Prémio por Vaca em aleitamento.

Quanto ao cumprimento do período de retenção, o registo do resultado pode ter os seguintes valores;

Código S – Cumpre com o Período de Retenção – Verificadas as “entradas” com base no RED e Documentos de circulação instituídos (Notificação SNIRA – Modelos 250, 251, 253 – Quadruplicado).

Código N – Não Cumpre com o Período Retenção – Entrada ou Saída durante o período de retenção – Verificadas “Entradas” e “Saídas” com base no RED e nas notificações ao SNIRA – Modelos de circulação instituídos.

Código J – Cumpre com o Período Retenção, mas o controlo foi executado fora daquele período - Entrada ou Saída durante o período de retenção – Verificadas “Entradas” e “Saídas” com base no RED e nas notificações ao SNIRA – Modelos de circulação instituídos.

Código T - Não aplicável – Para todo os outros casos não conjunto de “Tipo de Registo” e “Candidatura a Ajuda” válidos (códigos “P”, “Q”, “1”, “5”, “6”, “7”, “10” ou “11”).

2.8.2.11. Controlo dos locais de retenção ou de permanência dos animais

Registar um dos seguintes resultados:

Código S – Controlado em UP declarada no PU – Verificar e remeter para “Observações” a(s) parcela(s) onde os animais permaneceram.

Código N – Controlado em UP/Parcela não declarada no PU – Sempre que parte do efectivo ou a sua totalidade seja controlado fora dos locais de permanência ou de retenção (obrigatório durante 6 meses), deverá ser identificado o local (ais) no quadro complementar “Animais em UP não declaradas”.

Neste último caso de evidência de controlo, deverá ser registado ainda:

1. O número sequencial dos animais com “Tipo de Registo” = P ou Q e “Candidatura Ajuda” = “1”, “5”, “6”, “7”, “10” ou “11”, controlados em UP não declaradas.
2. Identificar o número de parcelário associado ao local onde os animais foram previamente verificados. A verificação de “DMP” (Declaração de Mudança de Pastagem) é facultativa, mas pode permitir identificar ou confirmar o(s) local (ais) controlados.

2.8.2.12. Controlo do parâmetro regulamentar – “Vaca aleitante”

Neste aspecto do controlo há que identificar:

1. O número de identificação da Mãe (SIA) – requisito de controlo obrigatório. Trata-se de um parâmetro que tem por objectivo certificar a correcta identificação dos bovinos “Mães”, para efeito do regime de prémio às vacas aleitantes e da condicionalidade animal (Acto 5). De preenchimento obrigatório para todos os códigos associados a “Tipo de Registo”.
2. Número de ID da Mãe – encontra-se mencionado no passaporte. Relativamente a este campo existem algumas particularidades a ter em conta aquando do controlo: pode não vir referenciado no relatório de controlo porque só a partir de 1 de Janeiro de 1998 foi tornado obrigatório para os bovinos nascidos a partir dessa data, ou porque a mãe que o produtor registou não passou na validação do SNIRB por ser demasiado nova ou por não cumprir o intervalo entre partos. Nestes casos, os animais são inseridos pelo formulários dos Recenseamentos Especiais com a mãe genérica PT000000000 que na ficha de controlo não aparece. Assim, pode não coincidir com o que consta do passaporte do animal e/ou com o que o produtor tem registado no RED em consequência da sua re-identificação (atribuição de novos números de identificação SIA). As situações descritas não deverão ser penalizantes para o produtor.

Após as referidas verificações pode constatar-se uma das seguintes hipóteses:

Código S – Código de identificação individual IGUAL ao pré-impresso;

Código D - Código de identificação individual DIFERENTE ao pré-impresso;

Código R – NOVO ou nascido na Exploração – nos casos cuja mesma vaca encontra-se associada a código “W” em “Estado do Animal” ou, simplesmente, não consta como pré-impressa no relatório de controlo.

NOTA: nos casos “D” ou “R” é obrigatória a introdução do novo registo no quadro de “Identificação da Mãe – Animais com Mães mal identificadas”. Para tal, deverá corresponder o “número sequencial do animal” ao código de identificação individual correcto e verificado da “Mãe”.

2.8.2.13. Verificação Individual de Identificação – Controlo da correcta manutenção do RED Bovinos

O n.º 16, do Artigo 1.º, do Regulamento (CE) n.º 972/2007, da Comissão por alteração ao Artigo 35.º do Regulamento (CE) n.º 796/2004 da Comissão :

1. Verificação da correcção das inscrições no registo e das comunicações à base de dados informatizada referente aos bovinos, com base numa amostra de documentos comprovativos, tais como facturas de compras e de vendas, certificados de abate, certificados veterinários e, se for o caso, passaportes dos animais, respeitantes aos animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas nos 6 meses anteriores ao controlo in loco; contudo, se forem detectadas anomalias, o controlo será estendido aos 12 meses anteriores ao controlo in loco;
 2. Verificação de que as informações contidas na base de dados informatizada referente aos bovinos correspondem às informações constantes do registo, com base numa amostra de animais relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de ajudas nos 6 meses anteriores ao controlo in loco; contudo, se forem detectadas anomalias, o controlo será estendido aos 12 meses anteriores ao controlo in loco;
- NOTA:** O controlador deverá, assim, verificar se todos estes elementos, SIA, Data de Nascimento, Data de Entrada (no caso de animais não nascidos na exploração), Sexo, Raça, número de ID Mãe se encontram reflectidos no RED.
3. Também deverá ser verificada a Marca Auricular, a existência e o averbamento do passaporte, confrontando o que está mencionado na ficha de controlo, com a realização de um controlo físico aos animais, com os passaportes e documentação de suporte.

Como consequência desta verificação, resulta:

Código S - Sem incorrecções/presente – Todos os campos sem qualquer incorrecção no RED (campos mencionados)/Passaporte;

Código N – inexistente – Campos do RED mencionados sem preenchimento ou passaporte inexistente por razões imputáveis ao detentor;

Código I - com incorrecções – Campos referidos com incorrecções – SIA errado, Datas erradas, etc.;

Código J - Situação Justificada - Justificação da ausência de passaporte ou de alguma incorrecção, nomeadamente, a actualização dos passaportes no que concerne o rastreio sanitário (passaporte) ou por algum motivo de força maior devidamente comprovada (RED/Passaporte) . As OPP, bem como as DRAP estão formalmente informadas no sentido de facultarem ao detentor o justificativo da falta de passaporte por motivos sanitários. As explorações com notificação de sequestro estão abrangidas por este código. Casos não imputáveis ao produtor mas devidamente justificados com suporte documental e na coluna Data de Entrada no caso de bovinos nascidos na exploração;

Código R - Incumprimento menor regularizado.

2.8.2.14. Controlo de Marcas auriculares e Notificações à base de dados SNIRA

Para esta verificação, os resultados possíveis são:

Código A - Bovino Ausente;

Código 1 - Uma Marca Auricular – Não gera incumprimento – O n.º 4 do Artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 796/2004, determina que: “(...) Sempre que sejam detectadas irregularidades relativamente ao regime de identificação e registo de bovinos, são aplicáveis as seguintes disposições:

- a) Um bovino que tenha perdido uma das duas marcas auriculares será considerado como verificado se estiver clara e individualmente identificado pelos outros elementos do regime de identificação e registo de bovinos;
- b) Sempre que as irregularidades detectadas estejam relacionadas com inscrições incorrectas no registo ou nos passaportes dos animais, o animal em causa só será considerado não verificado se tais erros forem detectados em, pelo menos, dois controlos num período de 24 meses. Em todos os outros

casos, os animais em causa serão considerados não verificados depois da primeira detecção de irregularidades.

Código 2 - Duas Marcas Auriculares – Em conformidade com as determinações regulamentares do regime de identificação e registo.

Código 0 - Sem Marcas Auriculares e sem pedido de substituição – Sempre que o animal não seja portador de qualquer marca auricular oficial e sem que o detentor tenha providenciado a sua substituição através do modelo 255B/DGV – Gera incumprimento.

Código J – Justificado - sem marcas auriculares necessárias ausentes mas justificadas – apresentação do duplicado do modelo 255/ B DGV (Queda de brincos) . Não gera incumprimentos.

Código E - Marca manuscrita – Gera incumprimento. Se o animal for portador de uma marca auricular oficial e uma manuscrita, é considerado verificado e o código para este parâmetro será de “1”.

2.8.2.15. Controlo do BD de Identificação (SNIRA)

O controlo das correcções e das notificações à base de dados nacional SNIRA, no que respeita, as deslocações independentemente dos destinos e os nascimentos, são requisitos regulamentados de controlo no âmbito do regime de identificação e registo consagrados, igualmente, na legislação nacional – Decreto-Lei n.º 142/2006.

Este controlo tem os seguintes resultados possíveis:

Código S - Sem incorrecções na BDD – Notificação de entrada, saída ou nascimentos verificadas sem incorrecções, segundo análise documental dos modelos DGV correspondentes;

Código D - Pedido de desactivação – Verificado o pedido de desactivação de determinado bovino – pode ser um ofício/carta do detentor para as autoridades competentes em matéria sanitária.

Código N - Sem notificação de entrada ou saída – Em incumprimento. Os animais estão ausentes da exploração e o detentor não notificou a base de dados SNIRA, ou seja, não apresentou a documentação apropriada para o efeito.

Código E - Modelos de entrada/saída com incorrecções – Sempre que sejam detectadas incorrecções nos modelos de notificação à base de dados SNIRA . Por exemplo, código de identificação individual do bovino controlado, não tem correspondência com o inscrito no modelo de nascimento ou de entrada na exploração.

Código P - notificação após 4 dias – A notificação à base de dados SNIRA – Nascimento ou Deslocações – foi realizada 4 dias úteis após data de ocorrência. Verificação entre data de ocorrência e data de entrada no carimbo da entidade receptora ou posto informático do SNIRA.

2.8.2.16. Faltas/Motivo/Dados Complementares

Existe um conjunto de dados complementares de preenchimento obrigatório e um auxiliar de divulgação relativo ao cálculo de sanções subjacentes às irregularidades detectadas em sede de controlo de campo do Prémio por vaca em aleitamento.

Quanto aos dados complementares, registar-se-á:

1. Se foram observados documentos de suporte. Se não foram, porque motivo.
2. Se foram obtidas fotografias da documentação. Se não foram, porque motivo.
3. Se o RED foi validado pela equipa de controlo. Se não foi, porque motivo.

Quanto aos documentos suporte a observar, relevantes para efeito de controlo dos efectivos bovinos deverão ser mencionados em “Observações”. O controlo documental é de importância extrema, mesmo para os bovinos controlados como presentes, considerando a insistência da Comissão europeia em referir que o Estado Membro Português não executa controlo documental. A documentação suporte nas acções de controlo inclui:

1. Bovinos – Documentação de circulação animal e a correspondente às notificações para a BD SNIRB e documentos comerciais correspondentes, principalmente, quando se verificam transacções em vida (vendas);

2. Especificamente, além das verificações dos dados do registo de existências e deslocações e respectivos justificativos, deverão ser observados os seguintes documentos, no acto do controlo físico:
 - a. Declaração de Redução ou Substituição de Efectivos – em controlos de vacas aleitantes exclusivamente. Não se trata de prioridade, uma vez que este documento deverá já ter sido remetido ao IFAP em período anterior ao do controlo.
 - b. A vacas/novilhas substituídas deverão encontrar-se no relatório de controlo, pelo que os resultados de controlo evidenciarão a presença ou ausência física do animal substituto. Posteriormente, no cruzamento administrativo, esta substituição será validada.
3. Verificação de recepção de modelos DGV relevantes para efeitos de controlo de circulação animal, notificação á BD SNIRA e SIRCA:
 - a. Atenção aos originais – modelo 241B e 242 (Passaportes) – Animais presentes – Sequestro, Informação sanitária actualizada e movimentos;
 - b. Atenção aos duplicados – modelos 249, 250, 251, 255 B, 253 (saída da exploração) – Ausência para abate imediato, circulação sob controlo sanitário, Nascimento e Deslocações, respectivamente.
 - c. Atenção aos triplicados – modelos 376B, 255 B – Animais ausentes por morte na exploração ou desaparecimento, respectivamente;
 - d. Atenção aos quadruplicados – modelo 253 (entradas na exploração) – Animais presentes
 - e. Deverá ser verificado nos duplicados e quadruplicados dos modelos 255 e 253, respectivamente, a realidade do envio e recepção daqueles documentos para a BD SNIRA, atestado pelo carimbo da entidade receptora ou posto informática devidamente certificado.
4. **Autoconsumo** – segundo Edital da DGV, publicado em 02/01/2008, relativo à “(...) MATANÇA DE ANIMAIS DAS ESPÉCIES SUÍNA, OVINA, CAPRINA, DE AVES DE CAPOEIRA E DE COELHOS DE CRIAÇÃO, FORA DOS ESTABELECIMENTOS APROVADOS, (...) considerando que é necessário estabelecer normas respeitantes à matança, para autoconsumo, fora dos estabelecimentos aprovados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho, faz saber que é proibida a matança de bovinos e equídeos fora dos estabelecimentos aprovados. (...)”
5. Documentos comerciais - importante para corroborar e validar a realidade dos modelos de deslocações de animais, nomeadamente, na aquisição e venda de ovelhas e ou cabras, permitindo conciliar dados inscritos no RED respectivo, sem o qual, na presente campanha e, principalmente, em controlos retroactivos (Fora do período de retenção), constitui uma irregularidade com todas as implicações previstas na regulamentação comunitária e nacional:
 - a. Facturas ou documentos equivalentes válidos:
 - i. Processadas por computador – programas de facturação;
 - ii. Impressas tipograficamente.

Quanto ao controlo documental é ainda importante realçar as seguintes regras básicas:

1. **Controlo Físico** - Contagem de todos os bovinos presentes (**distintos**) na exploração e relevados nos relatórios C09 e C16, identificados por marcas auriculares e passaporte, machos ou fêmeas.
2. **Passaporte** – Verificação da existência de passaportes individuais e respectivo averbamento (propriedade) e informação sanitária relevante para o controlo das medidas do PRODER – C02 e C03. Contagem do número de passaportes na posse do produtor, **independentemente, do número de animais presentes na exploração**.
3. **RED** (Modelo 160/DGV ou 243/DGV) - Contagem do número de animais deverá ser igual ao número de animais contabilizados no RED, sempre que não hajam incorrecções.
4. **SNIRA** – Verificação documental dos modelos de Nascimento, Entradas e Saídas da exploração, no sentido de certificar o cumprimento efectivo do período de retenção, bem como as especificações determinadas pelo regime da Condicionalidade animal (Acto 5 - Identificação e registo de animais).

5. **Modelo 666/DGV** – Novo modelo de Registo de Detentores e Explorações no SNIRA. É também o modelo de desactivação de marcas de exploração através do campo “Fim de actividade” tal como no modelo 528/DGV.

2.8.2.17. Faltas de animais

O quadro de “Faltas de Animais” deverá ser preenchido sempre que, relativamente ao número de vacas aleitantes declaradas no PU, identificadas pelos códigos declarativos “P” ou “Q” relativos ao “Tipo de Registo”, o controlo de campo retorne um número de animais inferior.

Neste caso concreto, deverá ser preenchido o número de vacas aleitantes em falta, por motivo, discriminado no quadro respectivo uma das seguintes hipóteses:

Código S – Detectada falta de vacas aleitantes em relação ao número de declaradas.

Código N – Sempre que o número de animais declarados (Vacas aleitantes) seja igual número de controlados.

Código T – Não aplicável – Sempre que o “Estado do animal” revele códigos “A” ou “D”, mas o “Tipo de Registo” mencione os códigos “B”, “F” ou “R”.

2.8.2.18. Incumprimento Deliberado

Considera-se existir suspeita de “incumprimento deliberado” quando sejam recolhidos elementos que, pela sua evidência, gravidade e consequências, indiciam que a irregularidade detectada decorre de uma conduta praticada, de forma intencional, pelo requerente.

Quando a equipa de controlo considerar que existem indícios de incumprimento deliberado, deverá elaborar um relatório complementar, nos termos e de acordo com os procedimentos estabelecidos.

2.8.2.19. Outros aspectos formais relevantes

O relatório de controlo Pedido Único Animais, apresenta os seguintes campos de preenchimento obrigatório:

1. O relatório deverá ser assinado pelo requerente ou um seu representante. No caso do signatário ser outra pessoa que não familiar directo deverá ser apresentada procuração, conforme determinado pelo art.º 262 do Código Civil.
2. Os relatórios de controlo devem também estar assinado pelos controladores que o realizaram. Existe ainda um espaço destinado à colocação do número de equipa, que corresponde ao número de código atribuído aos elementos que constituem a equipa e código da DRAP respectiva .- deverá estar ordenado de forma ascendente (do código de elemento mais pequeno para o maior).
3. Dias de controlo – indicar o número inteiro de dias até conclusão do controlo no local.
4. O relatório de controlo não pode ser acrescentado, ou reduzido, após a assinatura do controlado. Se em momento posterior ao controlo, os controladores considerarem absolutamente indispensável acrescentar determinada informação não contida no relatório, deverão elaborar aditamento em folha separada (em papel com o timbre da entidade a que pertencem), e agrafer a mesma à ficha de controlo.
5. Os relatórios de controlo devem conter, obrigatoriamente, o carimbo das respectivas entidades controladoras.
6. Todos os espaços não preenchidos em cada campo do relatório de controlo devem, obrigatoriamente, ser trancados na presença do produtor.
7. Não são admissíveis rasuras após a introdução dos códigos de constatação, desde que rubricadas com a assinatura de um dos elementos da equipa que executou o controlo.
8. Após assinatura do produtor ou seu representante – validação do relatório – deverá oportunamente, ser-lhe remetida cópia do relatório de controlo, se solicitado pelo requerente ou obrigatoriamente, se foram detectadas irregularidades.